

Lexicografia e língua de sinais: aspectos históricos, teóricos e analíticos em um dicionário ilustrado de Libras

Lexicography and sign language: historical, theoretical and analitic aspects in an illustrated dictionary of Libras

José Marcos Rosendo de Souza¹
Aluizio Lendl Bezerra²
Antônio Luciano Pontes³

Resumo: A LIBRAS aparece no cenário brasileiro como meio legal de comunicação e expressão das comunidades Surdas a partir de 2002, graças às lutas por esse reconhecimento dos Surdos. Enquanto língua natural, é constituída de unidades menores assim como as línguas orais, diferenciando-se dessas por ser articulada com as mãos. Acreditamos que essa peculiaridade influencia no modo como a LIBRAS é registrada em dicionários, por isso objetivamos analisar o *Dicionário Ilustrado de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais (DIL-LBS)*, de Flávia Brandão (2011), a partir dos postulados da Lexicografia, que se refere aos aspectos constitutivos de um dicionário, e para isso utilizamos a pesquisa bibliográfica, a qual nos permite selecionar textos da área em estudo, lê-los criticamente e fichá-los; e a lexicográfica, que permite a percepção da constituição do dicionário. O referido objeto de estudo foi selecionado por uma das poucas obras lexicográficas da Língua de Sinais Brasileira. Pudemos concluir que ao registrar a LIBRAS esse dicionário segue parcialmente os princípios lexicográficos, mas não leva em consideração a abordagem visual necessária à compreensão da execução dos itens lexicais daquela língua.

Palavras-chave: Lexicografia. Dicionário. LIBRAS.

Abstract: In Brazil, LIBRAS is the legal resource of communication and expression to deaf community since 2002, thanks to their fights for recognition of that language. As a natural language, LIBRAS is constituted by smaller unities such as oral languages, but they are different because it is articulated with hands. We believe that peculiarity have influence on the way how LIBRAS is registered in dictionaries. For this reason, we intend to analyze the *Dicionário Ilustrado de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais (DIL-LBS)* (Illustrated Dictionary of LIBRAS, Brazilian Sign Language), by Flávia Brandão (2011), from the postulates of Lexicography, which refers to the constituent aspects of a dictionary, and for this we use bibliographical research, which allows us to select texts from the area under study, to read them critically and to record them; and the lexicographic, which allows the perception of the constitution of the dictionary. This object of study was selected by one of the few lexicographic works of the Brazilian Sign Language. Finally, we concluded that dictionary uses a part of lexicographic principles to register LIBRAS, but it excludes the visual approaches that are necessary to understand the execution of lexical items of that language.

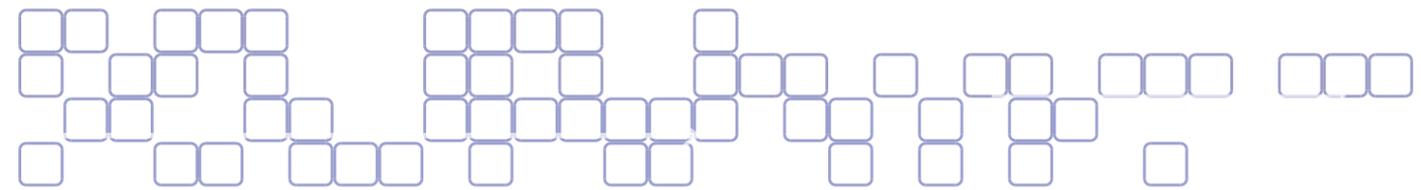
Keywords: Lexicography. Dictionary. LIBRAS.

Introdução

¹ Aluno em doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN-CAMEAM); Professor Assistente na Universidade Estadual do Ceará (UECE-FAFIDAM).

² Aluno em doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN-CAMEAM); Professor na Universidade Estadual do Ceará (UECE-FECLI).

³ Professor no Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN-CAMEAM)



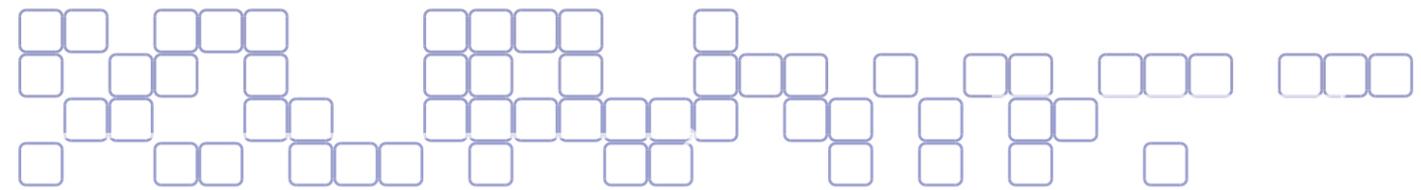
A Língua Brasileira de Sinais surge em nosso país com a finalidade básica de estreitar as interações humanas, no que concerne à comunicação entre os diversos grupos sociais (Surdos/Surdos e Surdos/Ouvintes), ou seja, a LIBRAS transgride as barreiras comunicativas antes ocasionadas pela ausência de uma língua em comum e fortalece o laço de pertencimento dos Surdos à sua cultura. No entanto, sua finalidade nos primeiros momentos de seu aparecimento no Brasil, em meados do Século XIX, foi promover a formação escolar de alunos Surdos.

Além dessa mudança em termos de paradigma socioeducativo, essa língua adentra o cenário da linguística provocando verdadeira modificação no que se refere à concepção de língua (e conseqüentemente de léxico e registro), tendo em vista que a definição que se tinha a seu respeito era a de expressão sonora do pensamento e, logo, os estudos linguísticos estariam relacionados às línguas orais. Além disso, as concepções de língua advindas principalmente do senso comum nos faziam acreditar que seria impossível ao homem falar uma língua pelas mãos.

Mas, graças aos estudos na área da Linguística realizados pelo linguista americano Willian Stokoe, na década de 1960, hoje, as Línguas de Sinais são compreendidas como naturais e apresentam características semelhantes às Línguas Orais. Vale salientar que por ser uma Língua Natural pode ser investigada por quaisquer áreas da Ciência da Língua, como, por exemplo, fonologia, morfologia, semântica e dentre outras ramificações que analisam as peculiaridades de uma língua.

Justamente por apresentar esse caráter dinâmico faremos esta pesquisa a partir de uma das áreas da linguística: a lexicografia. Essa ciência se detém a estudar as formas de registros das línguas em dicionários, se preocupa com a história, com a organização do trabalho lexicográfico, sobre os estudos críticos, crenças sobre uso dos dicionários e etc. Além disso, escolhemos um dicionário como *corpus* de pesquisa porque ele nos permite apreender a língua em sua dinâmica estrutural, além de possibilitar conhecer parte de sua história cultural.

Desse modo, uma pesquisa com base lexicográfica nos garantirá conhecer o registro da Língua Brasileira de Sinais em um dicionário. Para tanto, nos propomos nesta pesquisa a analisar o *Dicionário Ilustrado de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais* (DIL-LBS), de Flávia Brandão (2011), a partir dos postulados da Lexicografia, que se refere aos aspectos constitutivos de um dicionário. Salientamos que nossas



análises serão intercambiadas juntamente com o percurso metodológico e, desse modo, faremos uso da pesquisa bibliográfica, pois nos permite a seleção de estudiosos da área, leitura crítica e fichamento dos textos; e a lexicográfica, dialogando com nossas inferências sobre o *corpus* selecionado para o do trabalho.

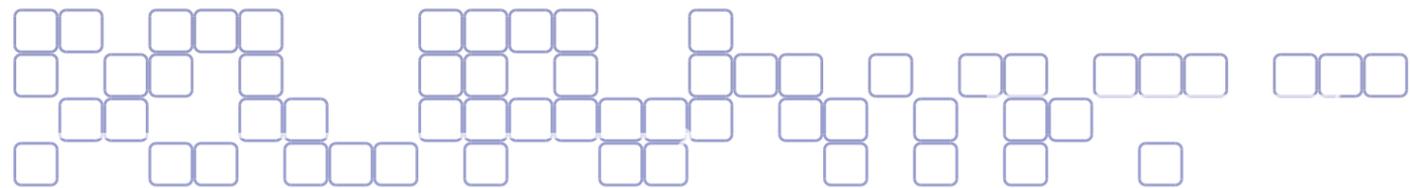
O dicionário selecionado como *corpus* para esse trabalho é o *Dicionário Ilustrado de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais (DIL-LBS)* (2011), que foi produzido pela autora Flávia Brandão. Essa produção surge como forma de dar visibilidade e acesso a Língua Brasileira de Sinais e também da representatividade Surda, pois a autora perde parte da audição aos nove anos de idade e supostamente isso pode ter influenciado na elaboração do DIL-LBS. De acordo com as informações sobre a autoria, apresentadas nas primeiras páginas do dicionário, ela é formada em Artes Plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado, em 1986; atuou como ilustradora e professora de artes.

Um trabalho nessa área permitirá conhecer as especificidades do dicionário escolhido como *corpus* de pesquisa, além de possibilitar o conhecimento da área da lexicografia aplicado a esse tipo de dicionário; isso porque o registro do léxico da LIBRAS em um dicionário deve levar em consideração, principalmente, os aspectos visuais impressos nessa língua, então o registro deve possibilitar a quem consulte compreender esses aspectos. Salientamos que o DIL-LBS foi selecionado como objeto de estudo por ser uma das poucas obras lexicográficas que registra a Língua de Sinais de Brasileira.

Aspectos históricos, teóricos e analíticos da lexicografia no *dicionário ilustrado de libras, língua brasileira de sinais (dil-lbs)*, de flávia brandão (2011)

A Língua Brasileira de Sinais se faz presente em nosso país desde meados de 1857 – em termos de visibilidade histórica – com a vinda do professor francês Ernest Huet. Desde então, os esforços por reconhecimento e legitimidade linguística foram alcançados graças a Lei 10.436 de abril de 2002. Como língua natural das Comunidades Surdas brasileiras apresenta peculiaridades que a distinguem das línguas orais, como, por exemplo, o canal visual-espacial de comunicação e articuladores fônicos – as mãos.





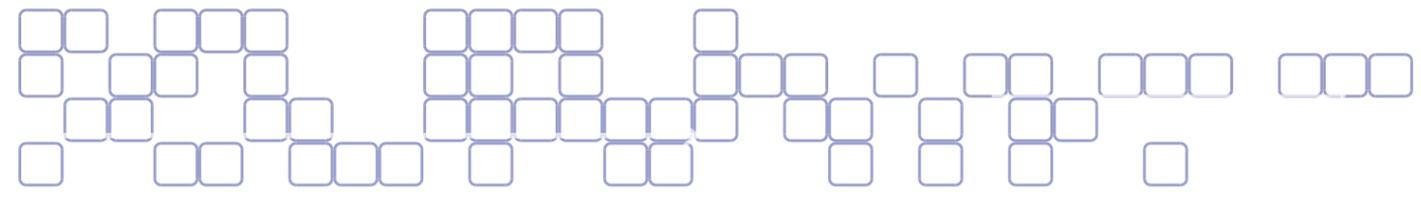
Dentre tantas peculiaridades que essa língua apresenta, nos detemos ao seu registro em dicionário, pois por ela ser de modalidade viso-espacial o seu registro deve transpor especificamente essa característica para que o usuário do *Dicionário* possa compreender a articulação dos Sinais e conseqüentemente o seu significado. Para alcançarmos a proposta apresentada, a análise do DIL-LBS, é preciso centrar nossas primeiras inferências no campo da Lexicografia, por ela permitir abranger nossa compreensão acerca da construção dos dicionários.

Os primeiros trabalhos que fazem referência à Lexicografia nos reportam ao período grego, onde foram desenvolvidos glossários que tinham como finalidade possibilitar a compreensão dos textos literários e a correção de “erros” linguísticos (MARTINS, 2012). A partir disso, podemos inferir que o glossário naquele contexto pode ser considerado um suporte para aquilo que os gregos compreendiam como formas corretas do léxico, isto é, o glossário tinha como função abrigar nas nomenclaturas o léxico das línguas grafadas corretamente, além de propagar os valores construídos em torno do léxico utilizado naquele contexto, o que poderia também possibilitar aos usuários adequarem-se às formas corretas do escrever. Logicamente que esses são apenas os primeiros resquícios históricos daquilo que se evidencia enquanto ciência lexicográfica.

No entanto, existem relatos de outros povos, anteriores aos gregos, que desenvolveram certo tipo de atividade lexicográfica, como por exemplo, os Sumérios. De acordo com Welker (2004, p. 62), “[...] existiam [...] listas bilíngües (sic.) onde cada termo sumério é apresentado com sua tradução em acadiano e essas tiveram um papel cada vez mais importante [...]”. Acreditamos que toda atividade lexicográfica desenvolvida nesses períodos foi realizada com o intuito de facilitar o uso do léxico de diferentes línguas, tendo em vista que esses povos estavam em plena expansão territorial e atividade comercial, logo era preciso algo que facilitasse a comunicação.

Ademais, de acordo com Biderman (1984), a lexicografia surge apenas nos “tempos modernos”, especificamente no período da Renascença, em decorrência do desbravamento humano pelos horizontes culturais, os quais permitiram ao homem aprender outras línguas. Deste modo, a partir da necessidade de dominar outros idiomas (línguas europeias do Século XVI, como enfatiza a autora), era preciso um





instrumento que permitisse intercambiar linguisticamente as relações do homem com as novas nações a serem invadidas.

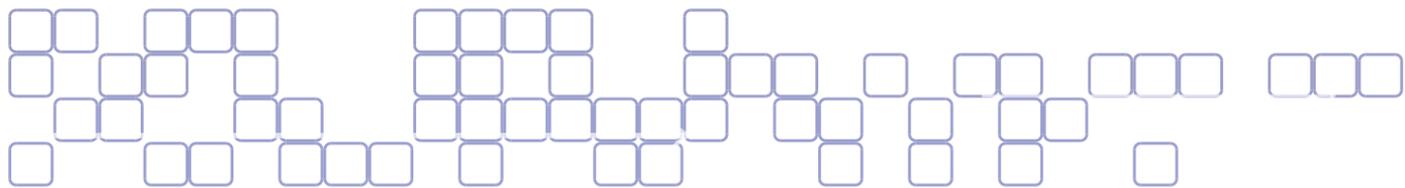
Então, a partir daquilo que apontamos anteriormente sobre as civilizações grega e suméria e com as inferências de Biderman (1984), podemos perceber que o fazer lexicográfico surgiu justamente da necessidade de conhecer dada língua (seja para fins civilizatórios ou comerciais); e o registro linguístico, naquele contexto, pode ser considerado um meio prático de aprender um novo idioma. Nessa perspectiva, inferimos que a atividade de registrar a língua tornou-se mais elaborada e, hoje, a lexicografia comporta um amplo aparato metodológico de como o léxico deve ser posto em um dicionário.

Sobre o resultado do trabalho lexicográfico, Weinreich (1984) salienta que o produto é diverso, tendo em vista que esse fazer não se encerra somente na construção de um dicionário (e esse não deve ser compreendido como algo singular), isto é, “O produto do trabalho do lexicógrafo aparece de vários modos: dicionários monolíngues (sic.) e plurilíngues (sic.), dicionários de sinônimos, ‘thesauri’, dicionários enciclopédicos, estudos de campos de palavras e similares” (WEINREICH, 1984, p. 104).

A partir disso, é possível perceber que os dicionários se consubstanciam em obras complexas e, por serem abrangentes, podem apresentar função independente, tipologia e temática específicas. Por fazerem uso de uma linguagem própria e comum a essa espécie de texto podem ser considerados protótipos do gênero discursivo *dicionário*, de acordo com o pensamento bakhtiniano.

Com isso, é preciso traçarmos um panorama em busca da definição do dicionário enquanto produto da lexicografia, pois é possível inferir que ele não se encerra em listas de palavras e tampouco é construído apenas para abrigá-las, tendo em vista que, para se alcançar o produto final, é preciso seguir um processo complexo de construção e estrutura, os quais especificaremos mais adiante. Por agora, nos propusemos a defini-lo a partir dos postulados teóricos de Assunção (1979), os quais o nomeia como um objeto responsivo às informação e comunicação, ou mais especificamente assim:

O dicionário é um ‘objeto manufaturado’ que responde às exigências de informação e de comunicação de uma sociedade. É um



instrumento de educação permanente. É ponto de referência entre língua e a ciência, entre a língua e a cultura. É uma obra de segunda mão: um texto sobre outros textos. É um livro de consulta, onde as informações são apresentadas segundo a nomenclatura das unidades lexicais (ASSUNÇÃO, 1979, p. 39).

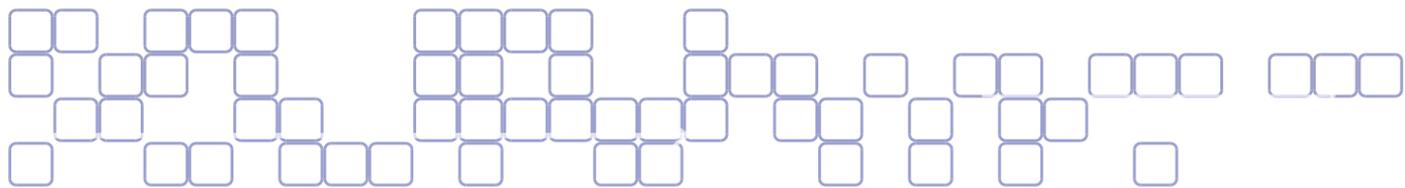
É possível perceber que as definições para dicionário não se encerram em um conceito fechado, isto é, a partir das afirmações da autora, essas multiplicidades de definições podem ser decorrentes das variadas funções que esse objeto desempenha e, inerente a essas, está a relação estrita entre língua e cultura, pois por essa ótica o dicionário é encarado como objeto linguisticamente cultural de um povo e implícito a isso estão os valores que congregam socialmente sobre a língua. A autora ainda salienta que “[...] os dicionários podem ser vistos também como um texto, como uma obra literária, ou mais precisamente, como um discurso pedagógico e didático” (ASSUNÇÃO, 1979, p. 40).

Para compreendermos esses valores que atravessam e consubstanciam os dicionários, é preciso percebermos que essas obras são construídas com uma intenção e um objetivo, ou seja, se estamos lidando com certo gênero discursivo, esse deve alcançar um propósito comunicativo, o qual se refere ao conhecimento da língua em suas múltiplas instâncias, isso porque a construção de um dicionário requer o domínio dos conhecimentos teóricos da língua e conhecimentos práticos da lexicografia. Nesse sentido, o fazer lexicográfico deve referir explicitamente ou implicitamente a certa corrente da linguística e ao que decorre as análises do lexicógrafo (ASSUNÇÃO, 1979).

Nesse sentido, diante da existência de múltiplos conceitos sobre o que é a língua e conseqüentemente como essas definições se refletem no fazer lexicográfico, nos ocupamos em defini-la enquanto sistema e norma, pois, de acordo com Barbosa (2001), para cada concepção de língua é construído um dicionário. Desse modo, a primeira concepção de língua enquanto sistema linguístico remete-nos aos postulados saussurianos, pelos quais compreendemos que:

Um sistema lingüístico (sic.) é uma série de diferenças de sons combinados com uma serie de diferenças de idéias (sic.); mas essa confrontação de um certo número de signos acústicos com outras tantas divisões feitas na massa do pensamento engendra um sistema de valores; e é tal sistema que constitui um vínculo efetivo





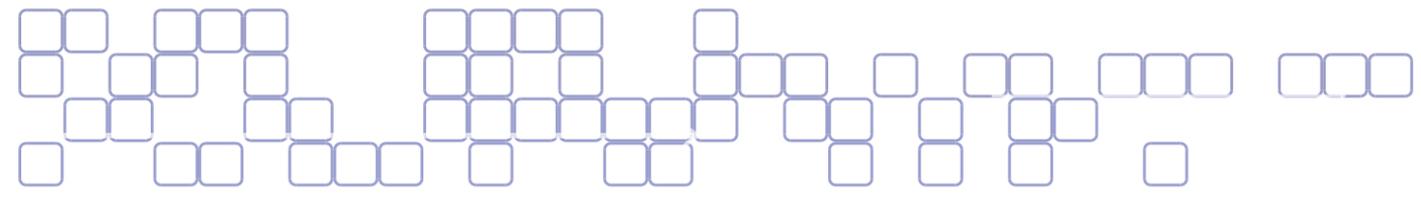
entre os elementos fônicos e psíquicos no interior de cada signo. Conquanto o significado e o significante sejam considerados, cada qual à parte, puramente diferenciais e negativos, sua combinação é um fato positivo; é mesmo a única espécie de fatos que a língua comporta, pois o próprio da instituição lingüística (sic.) é justamente manter o paralelismo entre essas duas ordens de diferenças (SAUSSURE, 2002, p. 139-140).

Desse ponto de vista é possível perceber que o sistema linguístico é articulado em torno de um conjunto de regras, as quais regem o funcionamento e construção daquilo que concebemos como língua. A partir desse princípio, pelo qual compreendemos que a língua é construída a partir do movimento de unidades lexicais, a obra lexicográfica *dicionário de língua*, segundo Barbosa (2001), pode ser construída com base nesse princípio, o que permite ao consulente entender que o sistema linguístico tem correspondência com a unidade do léxico denominada de lexema e, ainda segundo a autora, esse tipo de obra lexicográfica reúne variados lexemas e apresenta os vocábulos correspondentes a cada um deles e suas possíveis definições.

Definida a língua enquanto sistema, agora nos detemos a concepção de língua enquanto norma. Nessa perspectiva a língua é construída a partir de regras que determinam o comportamento linguístico do falante, ou seja, para enunciar corretamente, o falante deve fazer uso de determinadas formas linguísticas consagradas pela gramática, pela literatura e pela história como corretas (BAGNO, 2012). Isso implica afirmar que existem variantes não consagradas que são consideradas incorretas, como, por exemplo, as pertencentes a grupos de falantes de diferentes regiões, ou serem faladas por grupos considerados socioeconomicamente inferiores.

Por essa concepção de língua são construídos os *vocabulários técnicos-científicos e especializados*, que buscam estabelecer um padrão normativo do uso de certos vocábulos. De acordo com Barbosa (2001, p. 33) “Os **vocabulários técnico-científicos e especializados** buscam situar-se ao nível de **uma norma lingüística (sic.)** e sociocultural têm como unidade padrão o **vocábulo**, constituindo-se como conjuntos vocabulares, representativos do universo do discurso.” (Destaque da autora). Nesse ínterim e ainda segundo a autora, para esse tipo de produto





lexicográfico não são pertinentes as variantes regionais e tampouco as gírias, jargões e o linguajar típico de certas culturas.

Em relação a essas concepções, é possível inferir que o dicionário analisado traz como concepção a Língua enquanto Sistema, tendo em vista que, quando consultado, o consulente tem acesso ao princípio de organização linguística dos Sinais (itens lexicais), ou seja, é possível compreender como o léxico da língua de sinais funciona a partir de regras composicionais. Além disso, as informações iniciais contidas nas primeiras páginas do dicionário trazem justamente a ideia de *Sistema Linguístico*, conforme pode ser percebido no quadro abaixo:

O **sistema gestual** utilizado pelas pessoas surdas se desenvolveu com o passar dos anos, até ser reconhecido como língua de sinais.
No Brasil, **esse sistema gestual** é chamado de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) [...].
A LIBRAS constitui um **sistema de linguagem** eficiente na transmissão de ideias, conceitos e fatos (Destaque nosso).

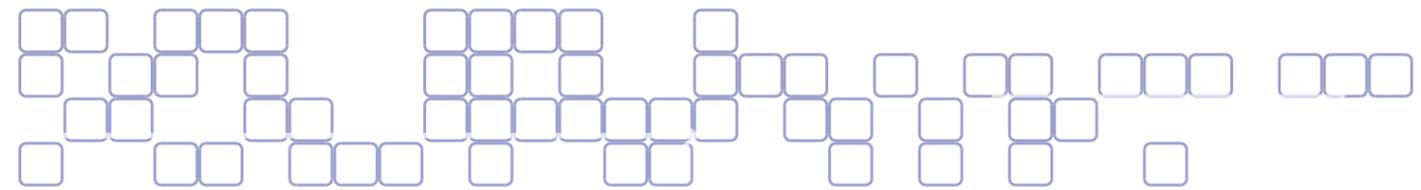
DIL-LBS (2011)

Quadro 1: Sobre a concepção de língua do DIL-LSB (2011)

Por se tratar de um sistema, a gestualidade segue princípios e regras que estabelecem o funcionamento da Língua. Desse modo, o princípio composicional fonológico dos itens lexicais, na Língua de Sinais, segue o mesmo princípio apresentado nas línguas orais, pois partem de unidades menores – no caso da LIBRAS, são: a Configuração de Mão, o Movimento, o Locação, a Orientação da Mão e as Expressões Não-manuais – (QUADROS; KARNOPP, 2004) até alcançar a unidade maior: o Sinal. Os movimentos realizados na composição do Sinal permitem que haja mudança na significação do Sinal, ou até mesmo na categoria gramatical.

Depois dessas definições, passamos à estrutura que consolida um dicionário, pois, conforme afirmamos anteriormente, os dicionários são construídos a partir de padrões estruturais determinados pela lexicografia, logo, é pertinente conhecê-los tendo em vista que os utilizamos para análise do nosso objeto de estudo e, para tanto, nos pautamos especificamente nos estudos de Pontes (2009), Assunção (1979) e Fornari e Miranda (2006), os quais nortearam a compreensão dos aspectos estruturais que regem a construção do dicionário.

Inicialmente é importante que concebamos o dicionário a partir dos postulados de Fornari e Miranda (2006, p. 248), os quais inferem que: “A princípio, podemos



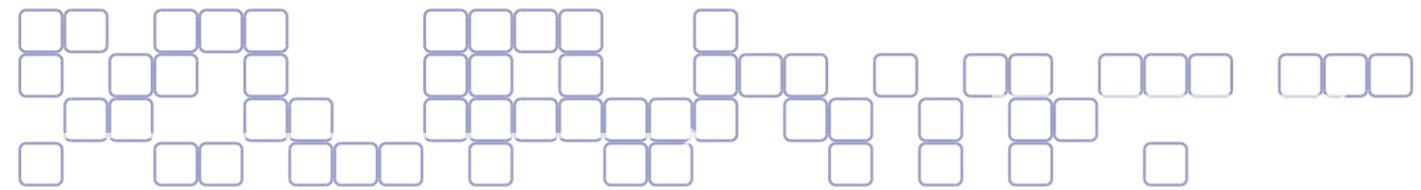
afirmar que um dicionário de usos deve estar ligado à norma real, deixando à norma ideal para o âmbito dos dicionários gerais.” Nessa perspectiva, é preciso que os vocábulos registrados em um dicionário se aproximem da língua em estado de uso e, para tanto, isso é regido a partir das regras de estruturação canonicamente concebidas e definidas pela lexicografia. Nesse sentido, nos pautamos nos autores Fornari e Miranda (2006), Assunção (1979) e Pontes (2009), por se referirem aos aspectos: *front matter* e *back matter*, macro, micro, medioestrutura.

Segundo Pontes (2009), o dicionário compreende uma estrutura geral denominada de megaestrutura, a qual comporta três partes principais, das quais nos deteremos em duas: os elementos introdutórios denominados de *páginas iniciais*, que comportam os elementos preliminares e o material anteposto; e os elementos conclusivos nomeados de *páginas finais*, o material posposto. Esses aspectos também são encontrados nos postulados de Fornari e Miranda (2006), os quais os nomeiam como *Front Matter* e *Back Matter*.

No que se refere aos aspectos *Front Matter* (Páginas Iniciais), podemos nomeá-los de elementos pré-textuais, tendo em vista que são as informações que antecedem os vocábulos em um dicionário. “[...] é, na realidade uma ponte de comunicação entre o consulente, o lexicógrafo e o próprio dicionário. Isso significa que o *Front Matter* deve ser uma ferramenta facilitadora do ato da consulta” (FORNARI; MIRANDA, 2006, p. 248).

É necessário ressaltar que sua função não se restringe unicamente a isso, tendo em vista que essas informações iniciais devem facilitar a consulta ao dicionário e, desse modo, espera-se que elas sejam suficientes para nortear o consulente. Por isso, os autores esclarecem que essas informações devem cumprir duas funções básicas que se restringem *ao objetivo que se quer alcançar* e *às instruções de uso* do dicionário pelo consulente. Além disso, de acordo com Pontes (2009, p. 67), é esperado que estejam presentes: “[...] as características técnicas da obra, a definição de critérios adotados pelo lexicógrafo, as indicações de uso, como guia para consulta da obra, a indicação do leitor potencial do dicionário.”

Sobre as *Páginas Iniciais* ou *Front Matter* do nosso *corpus* de pesquisa, é pertinente ressaltar que esse é composto por seis itens, dos quais nos propomos a analisar os quatro primeiros, por comportarem informações que devem guiar o consulente durante a pesquisa de vocábulos (os dois últimos fazem referência à **RE-UNIR**, v. 5, n° 2, p. 63-82, 2018.



biografia da autora e às fontes que foram utilizadas). Esses itens são nomeados e podem ser definidos do que seguinte modo:

1º) *LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais* – o primeiro item faz referência à concepção e definição de Língua adotada pela autora do dicionário e a lei que oficializa a LIBRAS. Ainda *tenta* expor a importância dessa língua para comunicação com pessoas Surdas, conforme o quadro abaixo:

O sistema gestual utilizado pelas pessoas surdas se desenvolveu com o passar dos anos, até ser reconhecido como língua de sinais.

No Brasil, esse sistema gestual é chamado de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e é reconhecido oficialmente como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

A LIBRAS constitui um sistema de linguagem eficiente na transmissão de ideias, conceitos e fatos. Assim como as demais línguas, possui estrutura gramatical própria, de caráter visual-motor em que sinais são usados como palavras. Os sinais são compostos de um ou mais gestos, construídos a partir da combinação entre a forma e o movimento das mãos com o ponto no corpo ou no espaço onde os gestos são executados.

O aprendizado da língua de sinais é um recurso muito importante não somente para as pessoas surdas, mas também para todos os ouvintes que pretendem ter uma comunicação fluente com a comunidade de pessoas surdas, em seu idioma natural.

DIL-LBS (2011)

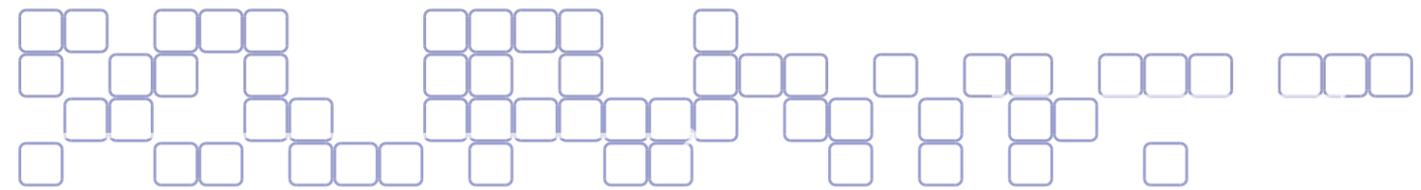
Quadro 2: Definição de Língua

Dissemos *tenta*, anteriormente, por acreditarmos que esse item deveria trazer de modo mais preciso a definição de língua e sua importância para a Comunidade Surda. É possível perceber que ocorre falta de densidade conceitual na concepção que se tem do processo de formação dos sinais, isto é, conforme afirmamos anteriormente, os sinais são compostos por unidades quirêmicas (unidades composicionais que equivalem aos fonemas) e não por gestos. Conceber que a Língua de Sinais é alicerçada por gestos é atribuir-lhe um *status* de linguagem, o qual já foi desmistificado desde a década de 1960. Assim, acreditamos que esse tipo de informação pode comprometer a aprendizagem do consulente, em termos de compreender o processo formativo dos itens lexicais da LIBRAS.

2º) *Dicionário Ilustrado de LIBRAS* – esse item comporta o objetivo da construção do DIL-LBS (2011), o qual deveria estar relacionado às contribuições postas ao consulente sobre o conhecimento dos significados dos sinais e também de como esses itens lexicais da LIBRAS são compostos fonologicamente, conforme apresentamos anteriormente. No entanto, as informações postas nesse item são

RE-UNIR, v. 5, nº 2, p. 63-82, 2018. ISSN – 2594-4916





imprecisas, no sentido de que há discrepância na definição dos Parâmetros que compõem os Sinais, isto é, a informação que consta nesse item orienta o consulente a compreender que um Sinal é composto somente pelo parâmetro do movimento, quando há afirmação de que esse parâmetro é a base da Língua Brasileira de Sinais.

Vale salientar que existem Sinais no Léxico dessa língua que não apresentam o Parâmetro Movimento, como por exemplo, **ajoelhar**, **ocupado** e **silêncio**. Esse tipo de informação pode comprometer a aprendizagem do consulente e no caso desse dicionário incorre sobre o próprio objetivo proposto pelo dicionário que também é *promover um fácil aprendizado de forma prática e direta* (DIL-LBS, 2011). Para uma melhor visualização dessa inferência, podemos verificar no quadro abaixo:

<p>Este dicionário foi desenvolvido com o objetivo de contribuir para o conhecimento dos significados dos sinais que compõem a LIBRAS, bem como de orientar a execução dos movimentos que são a base dessa língua gestual. Seu conteúdo foi elaborado para promover um fácil aprendizado, de forma prática e direta.</p>
--

DIL-LBS (2011)

Quadro 3: Objetivo do dicionário

3º) *Como usar* – o terceiro item traz explicações, logicamente, de como proceder com o uso do dicionário e para tanto explica como estão dispostos os verbetes no DIL-LBS (2011) a partir de notas explicativas, as quais guiarão o consulente na compreensão dos itens lexicais da LIBRAS. As notas explicativas fazem referência aos elementos composicionais dos sinais, logo, primeiramente, elas definem o que são e qual é sua funcionalidade.

Conforme pode ser visto no quadro seguinte, as notas explicativas trazem definições sobre cada elemento textual e imagético. Dentre esses elementos, destacamos a definição posta sobre o *Sinal*. Novamente é possível perceber imprecisão ou incoerência sobre aquilo que constitui o léxico da LIBRAS, isto é, os itens lexicais dessa língua não podem ser concebidos enquanto gestos, tendo em vista que, diferentemente desses, aqueles apresentam uma estrutura própria que determina seu significado. Corroborando isso, Quadros e Karnopp (2004, p. 48) afirmam que “As línguas de sinais, [...], contêm os mesmos princípios subjacentes de construção que as línguas orais, no sentido que têm um léxico [...]”, desse modo, os



gestos não podem ser considerados itens lexicais do ponto de vista estrutural, por não apresentarem esses princípios, conforme pode ser visto no DIL-LBS (2011).

SINAL – O sinal é o gesto ou o movimento que representa uma ou mais palavras em português [...].

SETAS – Presentes em alguns sinais, indicam a direção, o sentido e a extensão do movimento da(s) mão(s) [...].



ASTERISCO – Indica que a palavra da entrada também aparece no rodapé, remetendo para outro sinal.

SEQUÊNCIA FOTOGRÁFICA – Mostra o percurso das mãos ao executar o sinal. Se o gesto é estático, não é apresentada.

ACORDAR – Mãos fechadas em "5" se cruzando pelos pontos (foto 1). Movê-las simultaneamente para cima e para as laterais, imitando o gesto de quem está se espreguçando.
* Acordar: Gan do como se acordar. Sinal igual: DESPERTAR

* ACONDICIONADO: GUARDAR * ACONDICIONAR: GUARDAR * ACORDAR: DESPERTAR *

Quadro 4⁴: Indicação de uso

No segundo momento as notas explicativas levam o consulente a *Microestrutura* (a qual será analisada mais adiante) do dicionário e para tanto definem os seus componentes, conforme expomos no *Quadro 5* (DIL-LBS, 2011).

⁴ Para uma melhor compreensão, elas podem ser vistas conforme o *Quadro 4*. Ressaltamos que transcrevemos apenas as partes mais pertinentes para nossa análise).

ENTRADA E DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO – Palavras a consultar e explicação de como o sinal deve ser executado, incluindo a configuração e o posicionamento da(s) mão(s), direção, sentido, velocidade do movimento, quantidade de repetições, expressão facial etc.

ILUSTRAÇÃO – Presente na maior parte dos verbetes, representa o significado do sinal.



PALAVRAS NO RODAPÉ – Cada palavra indica o verbete que deve ser consultado (cuja entrada é sinônimo ou tem significado análogo), remetendo para o sinal ser executado.

SINAL IGUAL – Indica outras palavras que podem ser representadas com este mesmo sinal.

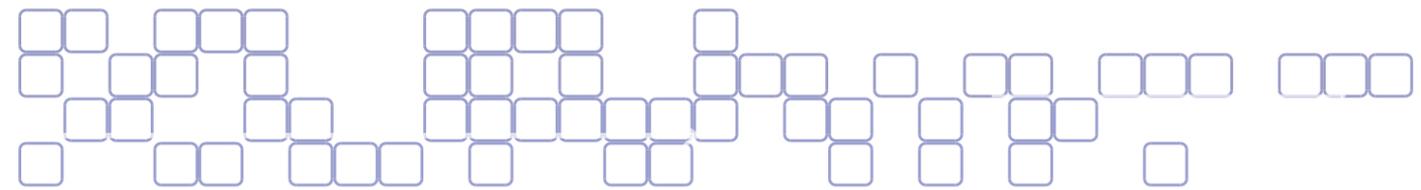
SIGNIFICADO – Explica o significado da palavra, suas possíveis variações e sinônimos.

Quadro 5: Componentes dos verbetes

4º) *Exemplos de configuração de mão, de posicionamentos e outras orientações* - Para esse item, a autora traz ilustrações dos componentes fonológicos dos Sinais, como a Configuração de Mão, Posicionamento e algumas orientações da mão. No entanto, é pertinente ressaltar que as informações postas nesses itens aparecem de modo superficial, pois não apresentam as definições e as funções desses componentes lexicais; além disso, percebemos a ausência dos componentes Movimento e Expressões Não-manuais. A partir disso inferimos que se esses exemplos têm por finalidade complementar o conhecimento do consulente, acreditamos que isso ocorrerá de modo superficial, em decorrência dessas ausências.

Em relação ao *Back Matter* (Páginas Finais), Fornari e Miranda (2006, p. 256) o definem como “[...] tudo aquilo que forma o componente final do dicionário”, ou seja, o *corpus* finalizado. Além disso, a partir da leitura do trabalho dos autores, compreendemos que esse componente se refere aos aspectos que complementam a consulta ao dicionário, pois podem ser concebidas como informações pós-textuais que

RE-UNIR, v. 5, nº 2, p. 63-82, 2018. ISSN – 2594-4916



trazem o registro dos verbetes em contextos reais de uso, o que possibilita ao consulente compreender certo verbete em situações reais de comunicação.

Esse componente estrutural, na obra analisada, é nomeado de apêndice e, diferentemente daquilo que os autores apontam, traz uma espécie de glossário, isto é, são apresentados alguns sinais, os quais consideramos como base para iniciar a comunicação com pessoas surdas. São expostos o alfabeto datilológico (o qual toma como empréstimo linguístico da Língua Portuguesa o alfabeto, mas realizado a partir de configurações de mãos, de acordo com Ferreira (2010)), os números, dias da semana, meses do ano, expressões de gentileza e cumprimentos. Mesmo contribuindo para o aprimoramento da comunicação entre pessoas surdas ou não, esperávamos que, por se tratar de uma obra lexicográfica, apresentasse a estrutura padrão ou canônica de um dicionário de uso.

Acerca dos aspectos relacionados ao entremeio do dicionário, mais especificamente ao corpo (PONTES, 2009), esse é composto por aquilo que compreendemos, a partir das nossas leituras, por estruturas denominadas de: macro, micro e medioestrutura (FORNARI; MIRANDA, 2006). Essas estruturas relacionam-se diretamente ao modo como a língua é registrada no dicionário, logo, fazem referência à composição da palavra, significação, dentre outras peculiaridades percebidas durante uma consulta.

De modo mais específico, compreendemos que a macroestrutura corresponde ao conjunto de palavras que compõem o dicionário, ou conforme Fornari e Miranda (2006, p. 3) afirmam “[...] é o conjunto de palavras que formarão a nominata do dicionário.” Ainda, segundo os autores, essa, dependendo do tipo de dicionário, como por exemplo, dicionário de uso, deve refletir o uso real da língua, ou seja, estar mais próximo daquilo que é falado pelos usuários de uma língua nativa. Ao relacionarmos isso ao DIL-LBS (2011), foi possível verificar que há um total de 3.212 verbetes, conforme consta no *Front Matter*, os quais correspondem aos Sinais do Léxico da LIBRAS. Além disso, a nominata desse dicionário possibilita que o consulente relacione o Léxico da LIBRAS com o Léxico da Língua Portuguesa e através disso identifique os significados correspondentes aos Sinais. Salientamos que, em alguns casos, a relação entre os léxicos acaba por distanciar o consulente do uso real da Língua, como por exemplo o Sinal CHEIO e a palavra *abarrotado*. Conforme pode ser verificado na imagem abaixo:

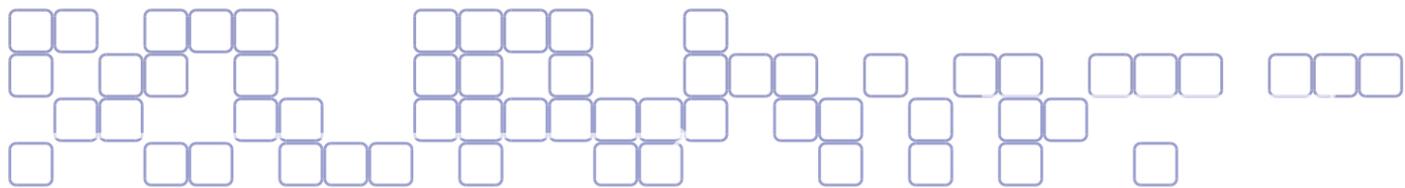


Figura 1: Sinal para abarrotado



Segundo Pontes (2009), esse conjunto de palavras que compõem a macroestrutura deve estar organizada na vertical e são denominadas de entradas, organizadas em ordem alfabética, e corresponder “[...] a um conjunto de formas lematizadas” (PONTES, 2009, p. 73). O autor ainda esclarece que para fazer uma análise com base nos aspectos macroestruturais é preciso centrar a atenção em aspectos como: seleção do léxico (relaciona-se à frequência de uso dos verbetes), a ordenação das entradas (por ordem alfabética linear e disposição alfabética por agrupamentos) e a quantidade de conteúdo (PONTES, 2009).

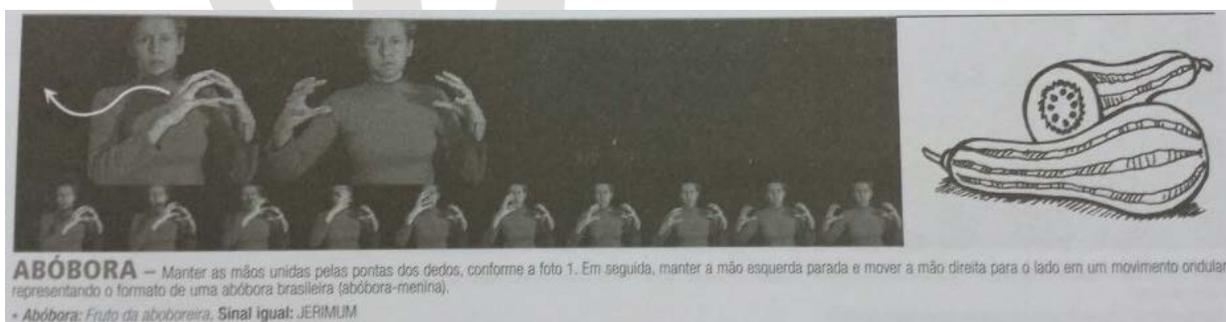
Quanto a esses aspectos, podemos afirmar que alguns itens lexicais apresentam-se distantes do uso real da língua, por não serem comuns em contextos mais informais de comunicação, o que ocasiona quebra do aspecto *Seleção do Léxico*. Se o DIL-LBS (2011) foi construído com base no pressuposto de facilitar a comunicação, acreditamos que certos verbetes, como, por exemplo, *adernar* não deveriam compor sua nominata.

Em relação ao aspecto *Ordenação da Entrada*, é perceptível que segue esse princípio proposto por Pontes (2009), e que é comum em grande parte dos dicionários de uso. No entanto, por se tratar de um dicionário de LIBRAS, parecemos que esse tipo de organização acaba por submeter a Língua de Sinais à Língua Portuguesa, pois o que está posto em ordenação alfabética são os significados referentes aos sinais e não propriamente os sinais. Acreditamos que é preciso repensar a organização das entradas para que esteja mais próxima da LIBRAS, mesmo que para isso seja preciso levar em consideração algum aspecto estrutural dos Sinais, como por exemplo, a Configuração de Mão.



Ao que se refere à *quantidade do conteúdo*, por se tratar de um dicionário de língua, de acordo com Pontes (2009), é esperado que sua nomenclatura apresente as várias classes de palavras (no caso da LIBRAS, apenas seis categorias gramaticais: verbos, advérbios, adjetivos, pronomes, numerais e substantivos); informações sobre o uso dos verbetes e sua variação linguística de acordo com a região geográfica; e as definições devem caracterizar semanticamente a palavra. Ao confrontarmos aquele aspecto com DIL-LBS (2011), percebemos sua ausência, pois certos verbetes são carentes dessas informações, conforme a imagem a seguir:

Figura 2: Sinal para abóbora



A próxima definição faz referência à microestrutura, a qual é subsequente às entradas, isto é, para cada entrada é construído um agrupamento linear de informações, pelas quais o consulente acessa ao conhecimento acerca do verbete, como por exemplo, a etimologia, as informações fonéticas e a definição (PONTES, 2009). Nesse sentido, Assunção (1979) afirma que o grau informativo varia de acordo com o tipo de cada dicionário, nos quais haverá maior ou menor grau informativo; mas o que é comum à maioria dos dicionários são os seguintes elementos: a palavra, a pronúncia, a categoria gramatical, a etimologia, a definição, os exemplos, idiotismos e expressões estereotipadas e o sentido funcional. A respeito dessas informações, Fornari e Miranda (2006) salientam que podem ser classificadas em dois tipos: *Comentário de Forma* – toda e qualquer informação acerca do signo; e *Comentário Semântico* – faz referência ao significado e aspectos semânticos do verbete.

A *microestrutura* encontrada no *corpus* da pesquisa é construída com base na descrição de execução dos sinais, aliadas aos recursos imagéticos e textuais. Então, primeiramente apresenta uma descrição de execução e em seguida traz *Comentários*

RE-UNIR, v. 5, nº 2, p. 63-82, 2018. ISSN – 2594-4916

Semânticos, pois apresenta uma breve significação do verbete. Conforme pode ser conferido no quadro abaixo:



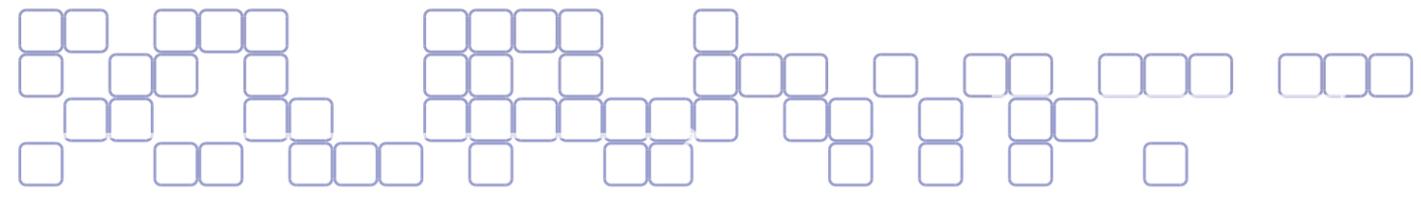
ABÓBORA – Manter as mãos unidas pelas pontas dos dedos, conforme a foto 1. Em seguida, manter a mão esquerda parada e mover a mão direita para o lado em um movimento ondular, representando o formato de uma abóbora brasileira (abóbora-menina).

- **Abóbora:** Fruto da aboboreira. **Sinal igual:** JERIMUM

Quadro 6: Microestrutura

Ainda sobre essa questão, é necessário levar em consideração o que diz Pontes (2009) sobre o conhecimento do verbete, isto é, é perceptível que não são apresentadas informações de ordem epistemológica e tampouco sobre a composição estrutural do sinal. Mesmo apresentando os recursos visuais aliados ao texto para compreensão de como executar o sinal, é preciso que o consulente conheça os parâmetros linguísticos necessários à articulação dos itens lexicais. A ausência de *Comentários de Forma* aliada a recursos visuais impressos inadequadamente (deveriam estar em cores, as quais são extremamente relevantes para que se possa compreender os itens lexicais – poderá comprometer a aprendizagem do sinal por falta de compreensão do sinal).

O componente medioestrutural, de acordo com Pontes (2009), faz referência à organização interna, pela qual se estabelecem *links* entre as informações, ou seja, esse componente estrutural estabelece ligações entre a macro e a micro estrutura, através de um sistema de remissão. Ainda de acordo com o autor, o sistema de remissão exerce duas funções principais: impede que informações sejam repetidas e amplia o conhecimento do consulente, tendo em vista que o envia a entradas que lhes possibilitarão maior precisão sobre o verbete consultado. Os *links* entre as informações podem ocorrer a partir de relações horizontais, verticais e transversais, as quais podem ser definidas a partir dos postulados de Pontes (2009, p. 89): “*Horizontal* – ocorre quando a remissão se faz dentro da definição do verbete; *Vertical* – a



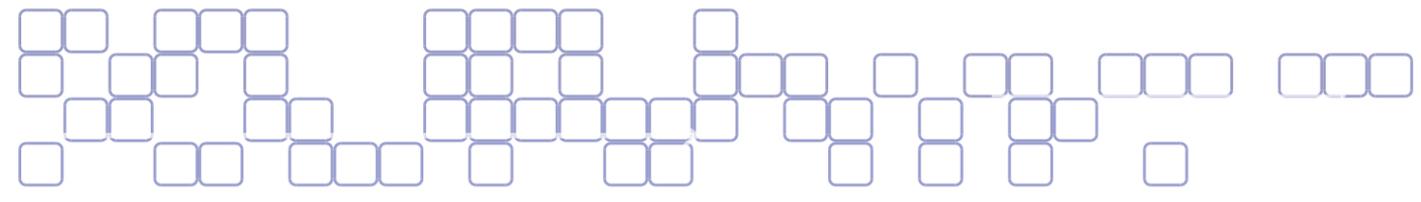
remissão é realizada em algum outro ponto da macroestrutura, fora do verbete; e *Transversal* – essa relação ocorre externamente à macroestrutura, o que ocasiona a consulta ao *Front Matter* ou *Back Matter*'.

O sistema de remissivas encontrados no DIL-LBS (2011) é construído, em sua maioria, horizontalmente, pois as remissivas são postas dentro da definição do próprio verbete, logo, ao buscar a definição do sinal ABOTOAR, por exemplo, o consulente é guiado à remissiva **Sinal igual**: AFIVELAR. No caso desses verbetes, é perceptível que há incoerência semântica tendo vista que essas ações nos remetem a objetos diferentes, botão e fivela. Consideramos que esse índice de remissão é posto explicitamente, marcado pelas palavras em negrito e isso é feito em todos os verbetes que necessitam da remissão. Ainda em relação a isso, seria necessário que fossem postas remissões que levassem o consulente a dialogar com as informações no *Back Matter*, se esse trouxesse exemplos e situações de uso.

Assim, a lexicografia enquanto ciência apresenta variados aspectos que possibilitam compreender como se concretiza a construção de um dicionário. Salientamos que para esse trabalho foram apresentados apenas aspectos que foram úteis para alcançar nosso objetivo, por isso não nos detivemos a outros aspectos do *corpus* analisado. Esperamos que as inferências aqui expostas possam contribuir para construção de outros dicionários de LIBRAS e que esses levem em consideração aspectos visuais, gramaticais, semânticos e pragmáticos, pertinentes à compreensão dessa língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância que a Língua Brasileira de Sinais assume para as comunidades surdas, consideramos importante o seu registro em dicionário, tendo em vista que isso possibilita o acesso e disseminação linguística para outros indivíduos e fomenta o processo interativo. Desse modo, procedemos nesse artigo a uma análise, com pressupostos lexicográficos, do *Dicionário Ilustrado de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais* (DIL-LBS), de Flávia Brandão (2011). O que foi possível graças às contribuições dos autores que nos guiaram no diálogo entre teoria e análise lexicográfica. Para tanto, levamos em consideração os aspectos estruturais do dicionário, a saber: *Front Matter* e *Back Matter*, macro, micro e medioestrutura.



Procuramos intercambiar as discussões advindas da área da lexicografia, de modo que contribuiu para nossas análises. Inicialmente buscamos definições para essa área da linguística, o que nos permitiu compreender a importância que a mesma assume para o registro e propagação de dada língua, ou seja, ao mesmo tempo em que é posta em um dicionário, há a manutenção dos fatos da língua. Foi possível perceber, assim, que o fazer lexicográfico surgiu justamente da necessidade de aprender e conhecer outros idiomas, em decorrência da expansão territorial e econômica; hoje, esse trabalho tornou-se mais complexo, tendo em vista que é necessário ao lexicógrafo conceber a língua com base em uma teoria linguística. Em relação ao dicionário que nos serviu de *corpus* da pesquisa, foi possível perceber que a concepção teórica adotada, de língua enquanto sistema, não foi suficiente para embasar a elaboração do DIL-LBS (2011), pois havia discrepâncias entre definição de termos e teoria, como em afirmar que o Sinal é um gesto ou movimento.

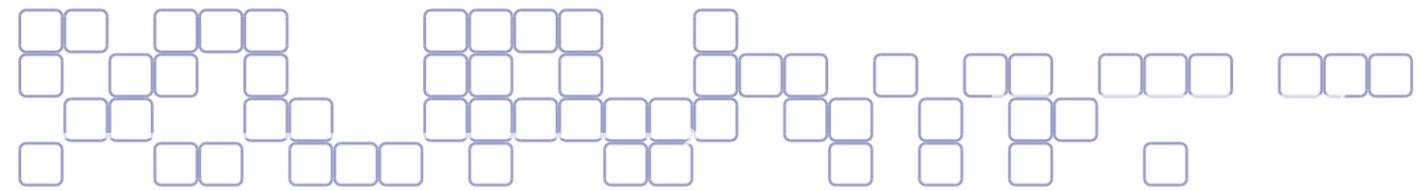
Em relação aos aspectos estruturais, *Front Matter* e *Back Matter*, macro, micro e medioestrutura, que foram analisados no decorrer do trabalho, podemos afirmar que esses aparecem no DIL-LBS (2011), por serem considerados como elementos obrigatórios ou canônicos, logo esperávamos que eles se fizessem presentes corretamente. No entanto, foi possível perceber que as informações que embasam *Front Matter* e *Back Matter* não são completamente suficientes para complementar a consulta, de modo que se percebe a ausência de um quadro com as principais configurações de mãos, definições e funções dos parâmetros composicionais do Sinais da LIBRAS e exemplos de como empregar determinados itens lexicais em contextos reais de uso.

Foi possível, por seu turno, verificar a presença dos aspectos macro, micro e medioestrutural, no entanto salientamos alguns pontos que devem ser evidenciados em um dicionário de LIBRAS. Primeiramente, os aspectos visuais devem se sobressair, pois essa língua é de modalidade viso-espacial, logo esse critério deve ser posto em prática. Como foi visto, mesmo sendo um dicionário de LIBRAS, esse aspecto necessário à compreensão e execução do sinal não está posto, isso porque as imagens em tom monocromático dificultam a percepção do movimento e expressões faciais.

Em segundo, os aspectos microestruturais são postos superficialmente, pois no que tange às informações gramaticais (a qual classe gramatical o sinal pertence),

RE-UNIR, v. 5, n° 2, p. 63-82, 2018. ISSN – 2594-4916





semânticas (quais são os sentidos que o sinal pode adquirir) e pragmáticas (em quais contextos determinado sinal deve ser utilizado) não são apresentados proficuamente, o que compromete os aspectos estruturais do dicionário enquanto objeto lexicográfico. Assim, enquanto objeto lexicográfico, o dicionário analisado se distancia dos padrões estruturais propostos pelos teóricos lidos em nossa pesquisa. O que, bem como salientamos no decorrer desse trabalho, pode comprometer a aprendizagem da LIBRAS, ou distanciar os possíveis consulentes dessa língua.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, J. B. Lexicografia: uma introdução ao estudo de dicionários. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 12, n. ½, p. 39-50, 1979.
- BAGNO, M.. Norma linguística, hibridismo e tradução. *Traduzires 1*, Brasília, maio de 2012.
- BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: ALVES, Ieda Maria (org.). *A constituição da normatização terminológica no Brasil*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.
- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da Lexicografia. *Alfa*, 28, São Paulo, p. 1-26, 1984.
- FERREIRA, L. *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FORNARI, M. K; MIRANDA, F. B. Análise do dicionário de usos do português do Brasil. *Revista de iniciação científica da ULBRA*, 2006.
- MARTINS, A. C. *Lexicografia da Língua Brasileira de Sinais do Rio Grande do Sul*. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PONTES, A. L. *Dicionário para uso escolar: o que é como se lê*. Fortaleza: EdUECE, 2009.
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.
- WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Theasaurus, 2004.
- WEINREICH, U. Definição de lexicografia em Semântica Descritiva. Tradução de Maria Cecília P. Barbosa Lima. *Alfa*, nº 28, São Paulo, p. 103-118, 1984.

